

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A inclusão de professores, investigadores e restantes funcionários do ensino superior nos grupos prioritários da vacinação contra a covid-19 foi equacionada pela 'task force', que incluiu o pessoal das creches, ensino básico e secundário.

O plano prevê vacinar cerca de 280 mil professores e funcionários das creches ao ensino secundário, deixando de fora quem trabalha nas universidades e institutos politécnicos. Os professores do ensino superior têm uma média etária bastante elevada: 15% têm mais de 60 anos e 63% têm entre 40 e 60 anos.

A presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, Mariana Gaio Alves, criticou esta exclusão.

“Sentimos uma total incompreensão que o ensino superior não seja incluído no plano de vacinação previsto para os professores e funcionários do ensino obrigatório”, disse Mariana Gaio Alves, lembrando ainda a nova tendência nas infeções divulgada na última reunião de especialista no Infarmed, que revelaram que o grupo etário com mais casos passou a ser o das pessoas com idades entre os 20 e os 30 anos.

Ora se o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na comunicação que dirigiu às Instituições de Ensino Superior, no passado dia 19 de março, defendeu a importância de valorizar o ensino presencial e sublinhou que no ensino superior há aulas práticas, há turmas de grandes dimensões e há manipulação de instrumentos nas aulas de laboratório, há que criar as melhores condições para que possa ser retomado o ensino presencial a partir de 19 de abril.

O Partido Social Democrata está desde o início preocupado com esta exclusão, questionando o CRUP e o CCISP a 16 de março, posteriormente a 25 de março questionamos por escrito o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, que até ao momento não respondeu às nossas questões.

No passado dia 13 de abril, questionamos novamente o Sr. Ministro numa audição no

Parlamento sobre esta temática, mas a resposta foi muito vaga.

Hoje, o CRUP veio responsabilizar o Ministro Manuel Heitor, pelo facto de os professores e funcionários do sector não terem sido incluídos nos grupos prioritários para a vacinação. “Não há nenhuma razão científica que justifique” esta opção, entende o presidente do CRUP, pelo que esta exclusão “só pode ter sido política”.

A pretensão dos professores do ensino superior é que a Direção Geral de Saúde e a Comissão Técnica para a vacinação para a Covid-19 incluam os profissionais docentes e não docentes na mesma fase de vacinação dos profissionais de educação do ensino não superior, recusando-se alguns deles a não dar aulas sem antes serem vacinados.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, através de Vossa Excelência dirigir ao Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, a seguintes questões:

1 - Quais os fundamentos para a exclusão dos professores, investigadores e restantes funcionários do ensino superior do plano de vacinação prevista para o pessoal docente e não docente do ensino dos outros níveis de ensino?

2 - Quais as evidências científicas que têm para afirmar que a vacinação no ensino superior “não é prioritária” e que “o risco de contágio é mais baixo nas Universidades e Politécnicos”?

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2021

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

ILÍDIA QUADRADO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

Deputado(a)s

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)